

# Ministério Público

## Rio Grande do Sul

### Concurso 41

## Prova Preambular (1º Fase)

### PORTUGUÊS

1) Marque a opção em que uma das palavras apresenta erro de divisão silábica.

- (a) Sub-ju-gar      sub-es-ta-ção
- (b) Su-pe-ra-gu-do en-xa-dris-ta
- (c) Res-cin-dir      pre-cei-tu-a
- (d) Cam-brai-a      des-je-jum
- (e) Con-clu-sos      pre-clu-si-vo

2) Marque a opção em que nenhuma das formas exige acento gráfico.

- (a) proton - displicencia - joia
- (b) novel - sutil - rubrica
- (c) estrategia - acrobata - mercancia
- (d) fluido - chavena - alibi
- (e) tenue - etiope - transfuga

Nas questões 3 a 12, marque a opção em que uma das palavras está grafada incorretamente.

3)

- (a) heresia - intruso - sósia
- (b) presídio - apoteose - análise
- (c) gentileza - contumaz - mordaz
- (d) homisiar - legalizar - agressor
- (e) fissura - premissa - ressarcir

4)

- (a) albatroz - uxório - concessão
- (b) coalizão - chafariz - néscio
- (c) oscilar - esmiuçar - descortesia
- (d) discernir - prolação - sedição
- (e) obsceno - intumescer - presciência

5)

- (a) enxaguar - cachola - mexerica
- (b) desabrochar - desleixo - enchumaçar
- (c) garrucha - conxavo - enxotar
- (d) esguicho - enchova - chispa
- (e) praxe - galocha - bucha

6)

- (a) incandescente - conciliação - assédio
- (b) ressurreição - efervescente - imprescindível
- (c) endossar - obsessão - rescindir
- (d) transcender - debruçar - fotossíntese
- (e) psicossomático - cassação - compasso

7)

- (a) vasilha - maciez - concupiscência
- (b) rescisão - meretriz - sexagenário
- (c) remanescente - irascível - ferossíssimo
- (d) inserção - sucinto - conciliatório
- (e) basílica - assunção - ressumar

8)

- (a) enxovalhar - manxar - enxame
- (b) mixórdia - chouriço - faxina
- (c) guincho - relaxar - deboche
- (d) brochura - luxúria - cochicho
- (e) fechar - salsichão - enxugar

9)

- (a) ultraje - coagir - angico
- (b) interjeição - alforje - berinjela
- (c) majestade - algema - regeitar
- (d) ojeriza - projétil - falange
- (e) herege - lisonjeiro - bajulação

10)

- (a) disenteria - expressar - extenuar
- (b) exorcismo - extorsão - entupir
- (c) cavoucar - silvícola - sessenta
- (d) idoneidade - sanção - soçobrar
- (e) pretensão - expoliação - extradição

11)

- (a) agilizar - proxeneta - casimira
- (b) docente - cumprimentar - descortino
- (c) cumeeira - distinguir - escurraçar
- (d) escorregar - esperteza - hilaridade
- (e) cataclismo - coradouro - esdrúxulo

12)

- (a) pexotada - prejudgamento - cinqüenta
- (b) sestear - várzea - torácica
- (c) percalço - superstição - perscrutar
- (d) meritíssimo - petição - prazeiroso
- (e) retorquir - hiperinflação - inexorável

13) Marque a opção em que a forma abreviada apresenta incorreção.

- (a) Presidia a audiência o MM. Juiz de Direito.
- (b) A gleba tinha 12 ha e se destinava à agricultura.
- (c) A procuração está à fl. 12 dos autos.
- (d) Agendei meu compromisso para as 14h15min.
- (e) Aviso que ficarei nos meses de mar., abr., mai. e jun. .

Mas questões 14 e 15, marque a opção em que as palavras não são sinônimas.

14)

- (a) conspícuo - ilustre
- (b) ária - melodia
- (c) conspurcar - agredir
- (d) arrear - aparelhar
- (e) casual - ocasional

15)

- (a) Censo - juízo
- (b) serrar - cortar
- (c) comprimento - extensão
- (d) degradar - rebaixar
- (e) destratar - insultar

Nas questões 16 e 17 marque a opção em que há palavra ou expressão grafada ou empregada incorretamente.

16)

- (a) Em cada um de seus discursos, lançava verrinas sobre o réu.
- (b) Nossa ação precisa estar revestida de muita cautela e discrição.
- (c) Por ser bom orador, os amigos colocaram-lhe a antonomásia Cícero.
- (d) Minha posição e a dela diferem flagrantemente.
- (e) Os restos mortais foram transladados para outro local.

17)

- (a) Atingi o objetivo sozinho, sem a intercessão de ninguém.
- (b) Não se podia dormir pelos insetos que infestavam o local.
- (c) Assisti a um concerto da orquestra sinfônica.
- (d) Ao ver a situação, formulou um acerto memorável.
- (e) Há cerca de duas horas que te procuro.

18) Marque a opção em que há incorreção na forma em destaque.

- (a) **Reiteramos-lhes** a necessidade de prosseguir no projeto.
- (b) Nunca **conformar-me-ei** com isto.
- (c) **Solicitar-lhe-ia** que examinasse melhor a questão.
- (d) Viajamos de longe para **te ver**.
- (e) Os colegas **lhe querem** prestar uma homenagem.

19) Marque a opção em que a forma verbal imperativa não corresponde ao tratamento TU.

- (a) Escreve para tua mãe.
- (b) Vende tudo que está aqui.
- (c) Segue sempre em frente.
- (d) Busca o que puderes.
- (e) Parta o mais rápido possível.

20) Marque a opção em que há forma verbal incorreta.

- (a) Todos esperam que eu suspenda a tramitação do feito.
- (b) Eu jamais gostei desta forma de agir.
- (c) Se eu falisse, certamente tu não faliria.
- (d) Por amor ao direito, exijo a retirada das acusações que você fez.
- (e) Reavemos com sucesso tudo que nos tiraram.

21) **Eram verificadas todas as circunstâncias.**

Passando-se a oração para a voz passiva sintética, obtém-se a forma verbal:

- (a) verificavam-se
- (b) iam sendo verificadas
- (c) se verificavam
- (d) verificar-se-iam
- (e) ia sendo verificada.

Nas questões **22**, **23** e **24**, marque a opção em que uma das formas verbais apresenta incorreção: a do pretérito imperfeito do indicativo ou a do imperativo afirmativo.

**VERBO – PRETÉRITO IMPERFEITO - IMPERATIVO AFIRMATIVO (DO INDICATIVO)**

22)

- (a) Compilar - eles compilavam - compile (você)
- (b) Contemporizar - tu contemporizavas - contemporize (ela)
- (c) Dizer - ele dizia - diga (tu)
- (d) Progredir - tu progredias - progridamos (nós)
- (e) Roubar - tu roubavas - roube (você)

23)

- (a) Pôr - ele punha - ponha (você)
- (b) Repelir - nós repelíamos - repilamos (nós)
- (c) Dar - tu davas - dê (você)
- (d) Acudir - eu acudi - acode (tu)
- (e) Afligir - nós afligíamos - aflige (tu)

24)

- (a) Computar - nós computávamos - compute (ele)
- (b) Atribuir - eles atribuíam - atribua (você)
- (c) Aguardar - eu aguardava - aguarde (tu)
- (d) Colorir - nós coloríamos - colore (tu)
- (e) Eleger - eles elegiam - elejamos (nós)

Nas questões **25** e **26**, marque a opção em que uma das formas verbais apresenta incorreção: futuro do presente do indicativo ou imperativo negativo.

**VERBO - FUTURO DO PRESENTE - IMPERATIVO NEGATIVO (DO INDICATIVO)**

25)

- (a) Sair - eu sairei - não saia (você)
- (b) Viajar - nós viajaremos - não viajes (tu)
- (c) Ver - nós veremos - não vejamos (nós)
- (d) Saber - tu saberás - não saibas (tu)
- (e) Ter - tu terás - não tenha (tu)

26)

- (a) Ler - ela lerá - não leias (tu)
- (b) Cair - tu cairá - não caiamos (nós)
- (c) Argüir - eu argüirei - não arguas (tu)
- (d) Inquirir - ele inquirirá - não inquiras (você)
- (e) Invejar - ele invejará - não invejes (tu)

27) Marque a opção em que o pronome pessoal é empregado com incorreção.

- (a) Esta casa será arrumada para eu morar.
- (b) Como pode haver amor entre mim e ti ?
- (c) Mandaram duas propostas para eu preencher.
- (d) Consiga algo para mim fazer.
- (e) Sempre houve grande harmonia entre mim e ela.

28) Marque a opção incorreta.

- (a) Não sei por quê todas estas questões ficaram para o fim.
- (b) Vamos todos para lá, porque temos algo em comum.
- (c) Aqui está o motivo por que venho trabalhando assim.
- (d) Desejaria saber o porquê deste comportamento vil.
- (e) Quero saber os porquês de todas estas questões colocadas.

29) Marque a opção em que o adjetivo apresenta erro de flexão.

- (a) procedimentos médico-legais
- (b) mares verde-azuis
- (c) olhos castanhos-escuros
- (d) instrumentos cirúrgico-vasculares
- (e) ações constitutivo-negativas

30) Marque a opção em que há erro de concordância nominal.

- (a) Creio que já temos provas bastantes para encerrar a instrução.
- (b) Este anel contém dois gramas de ouro.
- (c) Falam-se na Suíça, as línguas francesa, italiana e alemã.
- (d) Dedicam-se, exclusivamente, à edição de boletins econômico-fiscais.
- (e) Anexo, enviamos-lhe a matéria já referida.

Nas questões **31 e 32**, marque a opção em que há erro relacionado com o emprego do sinal da crase.

31)

- (a) Viajarei, esta noite, à Vacaria dos pinhais.
- (b) Chego, sem demora, a Manaus.
- (c) O Dr. Carneiro, saudoso, enviou cartas as suas primas.
- (d) Falavam a pessoas como eu.
- (e) Apegava-se à sobrinha como último recurso.

32)

- (a) Irei amanhã à Porto Alegre.
- (b) Deram o devido cuidado a nossas questões.
- (c) Hoje, dei um belo presente à minha amada.
- (d) O inverno vem a cavalo e o verão volta a pé.
- (e) Tens um estilo à Érico Veríssimo.

33) Marque a opção em que há erro no emprego dos pronomes demonstrativos.

- (a) Vivi toda a minha vida nesta casa.
- (b) Acho que seria bom verificar esses documentos que tenho em mãos.
- (c) Traga-me essas flores que estão em seu jardim.
- (d) Certamente já vistes aquele homem que está sentado na sala.
- (e) Que férias boas essas que vocês passaram na Europa no mês passado.

34) Marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de vírgula.

- (a) Gostaria de dizer-lhes, meus colegas, que o julgamento foi muito prestigiado.
- (b) Visto que assim queres, faremos tua vontade.
- (c) O Ministro da Justiça, virá a Porto Alegre.
- (d) Ensinei-lhes o respeito aos valores intelectuais no direito.
- (e) Quando voltei ao Rio Grande, minha terra, chorei de emoção.

Nas questões **35, 36, 37, 38 e 39** marque a opção que completa corretamente os espaços dos respectivos textos iniciais.

35) Os advogados entraram com \_\_\_\_\_ de segurança para garantir o \_\_\_\_\_ do parlamentar que havia sido \_\_\_\_\_.

- (a) mandato - mandato - cassado
- (b) mandado - mandato - caçado
- (c) mandato - mandado - cassado
- (d) mandado - mandato - cassado
- (e) mandato - mandato - caçado

36) O avalista tratou da \_\_\_\_\_ do título pois não poderia permitir, para sua desonra, a mera \_\_\_\_\_, já que tinha \_\_\_\_\_ a cártula.

- (a) remissão - remição - subscrito
- (b) remição - remissão - subscrito
- (c) remissão - remissão - sobrescrito
- (d) remição - remissão - sobrescrito
- (e) remissão - remissão - subscrito

37) A Câmara, que pertencia à \_\_\_\_\_, estava em \_\_\_\_\_.

- (a) cessão cível - sessão
- (b) secção civil - sessão
- (c) sessão cível - cessão
- (d) seção cível - cessão
- (e) seção cível - sessão

38) Joana, eu não gostaria de interrom \_\_\_\_\_, mas preciso fazer-lhe umas perguntas.

- (a) pê-la
- (b) per-lhe
- (c) per
- (d) pe-la
- (e) pêr

39) A \_\_\_\_\_ de polícia era \_\_\_\_\_ do Prefeito cuja esposa era \_\_\_\_\_ em direito.

- (a) oficial - hóspede - bacharel
- (b) oficiala - hóspeda - bacharela
- (c) oficiala - hóspede - bacharel
- (d) oficiala - hóspeda - bacharel
- (e) oficial - hóspede - bacharela

40) Marque a opção em que a forma plural apresenta incorreção.

- (a) cirurgiões-dentistas
- (b) chás-dançantes
- (c) obras-primas
- (d) vices-diretores
- (e) águas-de-colônia

## CONHECIMENTOS JURÍDICOS

41) Assinale a alternativa CORRETA:

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

- (a) os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- (b) os crimes contra a vida ou a liberdade do Governador do Distrito Federal;
- (c) os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil não se obrigou a reprimir;
- (d) os crimes de tortura, sendo a vítima brasileira, ainda que o agente se encontre em local fora da jurisdição brasileira;
- (e) os crimes hediondos contra crianças brasileiras.

42) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O crime se caracteriza, sob o aspecto analítico, pelos requisitos do fato típico, da antijuridicidade e da culpabilidade.
- (b) O crime se caracteriza, sob o aspecto analítico, pelo requisito do fato típico.
- (c) Há crime quando presente a culpabilidade do agente.
- (d) O crime se caracteriza, sob o aspecto analítico, pelos requisitos do fato típico e da antijuridicidade, aparecendo a culpabilidade como pressuposto da pena.
- (e) Não é necessário que o fato seja ilícito para que sobre ele incida a reprovação do ordenamento jurídico penal.

43) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) São penas restritivas de direitos a prisão domiciliar, a prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana.
- (b) As penas restritivas de direitos não são autônomas, mas substituem as privativas de liberdade.
- (c) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento, ainda que justificado, da restrição imposta.
- (d) A pena de prestação de serviços à comunidade deve ser cumprida, durante 8 (oito) horas diárias, aos sábados, domingos e feriados.
- (e) As penas restritivas de direitos são a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana.

44) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos se o agente for menor de 21 (vinte e um) anos.
- (b) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
- (c) Quando a pena de multa for a única cominada, não há aplicação da causas interruptivas de prescrição, mas apenas impeditivas.
- (d) Aplicam-se às penas restritivas de direitos os mesmos prazos prescritivos previstos para as privativas de liberdade, reduzidos de metade.
- (e) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente, desde que não seja restritiva de direitos.

45) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) As penas privativas de liberdade devem ser cumpridas em regime inicial fechado, depois semi-aberto ou aberto.
- (b) A pena de detenção deve ser cumprida em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
- (c) A pena de detenção deve ser cumprida em regime semi-aberto, ou aberto, não admitida a transferência a regime fechado.
- (d) As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, desde que não cumuladas com pena de multa.
- (e) As mulheres, por terem garantido o cumprimento da pena em estabelecimento próprio, devem cumprir as penas privativas de liberdade em regime semi-aberto ou aberto.

46) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Os crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) são de ação pública condicionada quando cometidos contra adolescente e de ação pública incondicionada quando cometidos contra crianças.
- (b) O perdão do ofendido não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- (c) A representação será retratável depois de oferecida a denúncia desde que o procurador tenha poderes especiais.
- (d) O perdão não produz efeito se o querelado o recusa.
- (e) Como a Constituição Federal de 1988 conferiu ao Ministério Público a função institucional de promover, privativamente, a ação penal pública, a figura da ação penal pública condicionada desapareceu do ordenamento jurídico brasileiro.

47) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O crime de roubo é a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante ameaça a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- (b) O crime de roubo é a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante ameaça e destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- (c) O roubo impróprio ocorre quando o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência a pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- (d) O furto privilegiado exige a primariedade do criminoso ou o pequeno valor da coisa furtada para possibilitar a aplicação da pena de multa.
- (e) O objeto jurídico no crime de receptação culposa é o patrimônio e a boa-fé de quem adquire a coisa.

48) Assinale a alternativa CORRETA:

A autorização para saída temporária de estabelecimento penal, sem vigilância direta, de condenado que cumpre pena em regime semi-aberto, será concedida:

- (a) por requisição do Ministério Público e autorização do juiz;
- (b) por ato motivado do juiz;
- (c) por requisição do Ministério Público, ouvida a administração penitenciária;
- (d) por ato motivado do juiz da execução, com dispensa de ouvida do Ministério Público somente em casos de urgência, mas ouvida a administração penitenciária;
- (e) por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

49) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Comete crime de corrupção ativa quem promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a retardar ato de ofício.
- (b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente, mas necessariamente remunerado, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (c) Está tipificado o crime de desobediência quando o agente desobedece a ordem de funcionário público.
- (d) O crime de peculato configura-se quando o funcionário público subtrai, para si, dinheiro ou bem público.
- (e) O advogado que patrocinar interesse privado perante a administração pública, durante o cumprimento da sanção disciplinar de suspensão, imposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, comete o crime de advocacia administrativa.

50) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Constituem crimes contra as relações de consumo as condutas tipificadas no Código de Defesa do Consumidor e, por se tratar de lei especial, prejudicado o disposto no Código Penal e leis especiais.
- (b) Constituem crimes contra as relações de consumo as condutas tipificadas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo do disposto no Código Penal e leis especiais.

- (c) Comete crime contra as relações de consumo o fornecedor que empregar, na reparação de produto, peças de reposição usadas, ainda que autorizado pelo consumidor, em virtude do princípio da hipossuficiência do consumidor.
- (d) O fornecedor que faz afirmação falsa sobre a natureza de produto ou serviço não comete delito contra as relações de consumo, mas viola norma ética da publicidade.
- (e) Como o Código de Defesa do Consumidor não estabelece circunstâncias agravantes dos crimes que define, cabe ao juiz escolher dentre as circunstâncias agravantes do Código Penal, no caso concreto.

51) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) A ausência de intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado importa na nulidade do ato;
- (b) Consagrando como nulidade a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada (artigo 564, inciso III, letra "d", do CPP), impõe-se reconhecer a obrigatoriedade de sua intervenção no interrogatório do réu, fazendo a este as indagações pertinentes;
- (c) A apresentação de razões de apelação pelo recorrente no nono dia depois de completa a intimação das partes, impõe o não conhecimento da inconformidade, e como consequência o desentranhamento da peça recursal;
- (d) A expressão "mesmo motivo", constante do artigo 593, § 3º do CPP (relativa aos recursos contra decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos), tem sentido de "mesmo fundamento legal", sendo aplicável tal proibição ainda que a parte apelante, na segunda oportunidade, não seja a mesma que formulou a irresignação anterior;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

52) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) O Ministério Público não pode desistir do recurso de apelação que interpôs;
- (b) Interposto o recurso de apelação pelo réu, o Ministério Público só pode oferecer suas razões após o juízo de retratação;
- (c) Cabe recurso de apelação da decisão que conclui pela competência do juízo;
- (d) O recurso de apelação somente pode ser interposto por termo ou petição;
- (e) Somente cabem embargos declaratórios das decisões proferidas pelo 2º grau de jurisdição.

53) Assinale a alternativa CORRETA.

Divergindo dois Promotores de Justiça quanto a quem cabe o oferecimento da denúncia, está-se diante de:

- (a) Conflito positivo de jurisdição;
- (b) Conflito negativo de jurisdição;
- (c) Conflito de competência;
- (d) Conflito de atribuições;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

54) Assinale a alternativa CORRETA.

Para que se dê a condenação por crime definido no artigo 12, "caput", da Lei nº 6.368/76 (tráfico de entorpecentes), no que tange à materialidade, impõe-se a presença nos autos do

- (a) Laudo de constatação da natureza da substância;
- (b) Laudo do exame de dependência;
- (c) Laudo de exame toxicológico;
- (d) Despacho saneador a que alude a Lei Extravagante em apreço;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

55) Assinale a alternativa CORRETA.

Um agente da polícia judiciária pratica o crime previsto no artigo 312 do Código Penal (peculato), apropriando-se de vasta quantidade de material existente no almoxarifado da repartição em que está lotado. Com base em farta documentação que presume a existência do delito, o Ministério Público oferece denúncia.

- (a) A denúncia será recebida pelo juiz, que determinará a citação do acusado;
- (b) A denúncia será recebida pelo juiz, que designará audiência de instrução e julgamento;
- (c) O juiz determinará a notificação do acusado, para responder por escrito, no prazo de quinze dias;
- (d) A denúncia será recebida pelo juiz, que procederá na forma do artigo 394 do CPP (designação de dia e hora para interrogatório e determinação de citação);
- (e) O juiz determinará a notificação do acusado para proceder na forma do artigo 395 do CPP (abertura do prazo de três dias para apresentação de alegações escritas e indicação de testemunhas).

56) Assinale a alternativa CORRETA.

No crime de estupro com violência real, a ação penal, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é

- (a) Privada plena;
- (b) Privada subsidiária da pública;
- (c) Pública condicionada à representação da ofendida;
- (d) Pública incondicionada;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

57) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) O arquivamento do inquérito policial a requerimento do Ministério Público cria a preclusão;
- (b) Da decisão que arquiva o inquérito policial, a requerimento do Ministério Público, cabe recurso de apelação;
- (c) Da decisão que arquiva o inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe mandado de segurança;
- (d) Da decisão que arquiva o inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe correção parcial;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

58) Assinale a alternativa CORRETA.

As nulidades ocorridas na instrução do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (artigo 122 do CP), deverão ser argüidas:

- (a) No prazo de oferecimento do libelo;
- (b) No plenário do Tribunal do Júri, tão logo iniciado o julgamento;
- (c) Quando do interrogatório do réu levado a efeito no Plenário do Tribunal do Júri;
- (d) No prazo das alegações finais;
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

59) Assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) A representação não exige forma especial, bastando que o ofendido manifeste o desejo de instaurar contra o autor do fato o pertinente procedimento legal;
- (b) Os direitos de queixa e de representação podem ser exercidos, independentemente, pela vítima menor de 21 e maior de 18 anos ou por seu representante legal;
- (c) A enumeração contida no artigo 31 do CPP ("no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão") é taxativa, não admitindo ampliação;
- (d) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia pelo juiz;
- (e) Não oferecida a representação no prazo legal, ocorre a prescrição, causa extintiva da punibilidade.

60) Assinale a alternativa CORRETA.

Nos crimes dolosos contra a vida, o julgamento, à revelia do acusado

- (a) Só é possível se houver, nos autos, a concordância expressa do Ministério Público;
- (b) Sempre é possível, sem qualquer exceção;
- (c) Não é possível em nenhuma hipótese;
- (d) Só é possível se o juiz expressamente autorizar;
- (e) Só é possível quando afiançável o crime e injustificada a sua ausência.

61) Compete ao Ministério Público fiscalizar as fundações

- (a) públicas instituídas no seu Estado.
- (b) privadas instituídas no seu Estado.
- (c) situadas no seu Estado, ainda que instituídas em outro.
- (d) situadas apenas no seu Estado, competindo ao Ministério Público Federal as que se situarem mais de uma unidade da federação.
- (e) situadas e instituídas apenas no seu Estado.

62) Em se tratando de simulação de negócio jurídico é correto afirmar-se que

- (a) qualquer das partes envolvidas pode alegar o vício.
- (b) apenas o contratante prejudicado pode alegar o vício.
- (c) o Ministério Público, por tratar-se de negócio entre partes privadas, não pode alegar o vício.
- (d) o Ministério Público pode suscitar o vício desde que um dos contratantes seja menor.

(e) o Ministério Público pode suscitar o vício caso a simulação envolva violação à lei.

63) Na adoção do menor de 18 anos

(a) o adotante deve ser maior de 30 anos.

(b) o adotante deve ser casado ou, se separado judicialmente ou divorciado deve fazer o pedido em conjunto com o ex-cônjuge.

(c) o ascendente pode adotar o descendente desde que este seja órfão.

(d) para que os concubinos possam adotar, ao menos um deles deve ser maior de 21 anos.

(e) caso o adotante faleça antes da sentença não poderá ser deferida a adoção.

64) O atual regramento da união estável, reconhecida constitucionalmente como entidade familiar

(a) pressupõe que a convivência tenha a duração mínima de cinco anos.

(b) pressupõe o regime de comunhão dos aqüestos e dos aprestos.

(c) permite que o regime de bens seja livremente estipulado, desde que no início da convivência.

(d) admite que se considere como tal uma união de menos de cinco anos, desde que dela resultem filhos.

(e) não estipula prazo mínimo para que se considere estável, bastando ser duradoura, pública e contínua a união.

65) Assinale a alternativa CORRETA:

(a) a capacidade para suceder apura-se no momento da abertura da sucessão.

(b) o menor relativamente capaz não tem capacidade para testar, a menos que assistido por seu representante legal.

(c) o princípio do direito das sucessões segundo o qual os mais próximos excluem os mais distantes, não se aplica entre os colaterais.

(d) tanto a aceitação quanto a renúncia à herança pode ser expressa ou tácita, mas a renúncia deve ser confirmada por termo nos autos ou escritura pública.

(e) a renúncia à herança, sendo um ato jurídico em sentido estrito, pode ser condicionada à aceitação de outra pessoa.

66) O Ministério Público tem legitimidade para fazer o controle das cláusulas abusivas, segundo o Código de Defesa do Consumidor

(a) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e desde que o contrato em que ela estiver inserida for um contrato de adesão.

(b) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e apenas na via administrativa, através de inquérito civil.

(c) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e desde que a cláusula atinja interesses coletivos ou difusos.

(d) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores ou por consumidor individualmente, ainda que diga respeito apenas a um contrato particular.

(e) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores ou por consumidor individualmente desde que a cláusula atinja interesses coletivos ou difusos.

67) Relativamente à obrigação alimentar é correto afirmar-se que:

- (a) pode se estabelecer reciprocamente entre afins na linha colateral até o segundo grau.
- (b) segundo entendimento dominante da doutrina e da jurisprudência, é possível deferir-se alimentos em favor do cônjuge culpado pela separação judicial quando este se encontrar em situação de extrema necessidade.
- (c) quando o credor tiver apenas o pai como ascendente vivo e um único filho como descendente, na impossibilidade do primeiro arcar com a obrigação alimentar em toda sua extensão, pode ser imposta ao segundo a obrigação complementar, respeitado o binômio necessidade - possibilidade.
- (d) apresenta-se indiscutível o entendimento de que os alimentos entre cônjuges são irrenunciáveis.
- (e) a obrigação alimentar entre parentes na linha colateral observa a ordem da sucessão, podendo ir até o quarto grau, observada a regra de que os mais próximos em grau excluem os mais remotos.

68) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) o Ministério Público tem legitimidade para propor a ação de declaração de nulidade do casamento, mesmo que já falecido um dos cônjuges.
- (b) o Ministério Público tem legitimidade para promover a ação de anulação de casamento celebrado quando um dos nubentes é menor de 16 anos.
- (c) a legitimidade para o Ministério Público requerer a interdição é limitada a algumas hipóteses especialmente previstas em lei.
- (d) a nomeação de curador a ausente supõe a intervenção do Ministério Público no processo, mas não tem este último a legitimidade para requere-la.
- (e) no caso de incapacidade de um dos cônjuges tem o Ministério Público legitimidade ordinária para propor ação de separação judicial em favor do incapaz.

69) Em matéria de usucapião pro labore é correto afirmar-se que:

- (a) desde o advento da Constituição Federal de 1988 não é mais possível invocá-lo para usucapir terras devolutas.
- (b) o critério para definir-se o imóvel como sendo rural é a destinação a ele atribuída pelo usucapiente.
- (c) é possível realizar-se a *accessio possessionis*.
- (d) o prazo para que se efetive é de 3 anos ininterruptos.
- (e) a área que comporta essa modalidade de usucapião deve ser igual a um módulo rural.

70) O possuidor de má fé:

- (a) não tem direito à indenização independentemente do tipo de benfeitoria que tenha realizado no imóvel.
- (b) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e das úteis, mas só pode reter o imóvel em razão das necessárias.
- (c) tem direito à indenização só das benfeitorias necessárias, mas não tem direito de retenção do imóvel.
- (d) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e das úteis sem direito de retenção do imóvel.
- (e) tem direito à indenização só das benfeitorias necessárias com direito de retenção do imóvel.

71) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O Ministério Público não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra ato judicial no âmbito criminal.
- (b) A ação com conteúdo constitutivo visa a afirmação da existência ou inexistência de relação jurídica.
- (c) Na legitimação ordinária para a causa, há coincidência entre a legitimação de direito material e a legitimidade para estar em juízo.
- (d) Podem as partes, por cláusula contratual, ajustar as formas de substituição processual.
- (e) O substituto processual pode praticar atos de disposição do direito material como a transação, renúncia e reconhecimento jurídico do pedido, em nome do substituído.

72) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O nascituro não tem capacidade de ser parte, pois, para propor ação de investigação de paternidade, quem tem capacidade de ser parte é sua mãe.
- (b) O menor relativamente incapaz deve ser citado pessoalmente, mesmo assistido pelos pais.
- (c) O interdito é absolutamente incapaz e deve ser representado em juízo por seu curador.
- (d) O eleitor com dezesseis anos é parte legítima para propor ação popular, estando emancipado para o exercício dos demais atos da vida civil.
- (e) A citação deve ser feita na pessoa do réu e, se não tiver capacidade processual, deverá estar representado ou assistido no ato de receber a citação.

73) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte e naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- (b) O Ministério Público, como o juiz e qualquer das partes, tem legitimidade para suscitar o conflito de competência.
- (c) No procedimento ordinário, quando o Ministério Público for a parte recorrente terá prazo em quádruplo.
- (d) Na ação de usucapião, é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- (e) Quando o usucapião é alegado em defesa, como exceção (Súmula 237 STF), não é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

74) Assinale a alternativa INCORRETA:

Na ação civil pública proposta para reparação de dano ambiental:

- (a) Quando o dano ocorrer no território de mais de uma comarca resolve-se a questão da competência pela prevenção.
- (b) Havendo conexão entre mais de uma ação, impõe-se a reunião de todas para que seja proferida sentença uniforme, com o fim de evitar-se decisões conflitantes.
- (c) O foro competente é o do local do fato onde ocorreu ou deva ocorrer o dano.
- (d) O juiz pode, liminarmente, determinar a imediata cessação da atividade que coloque em risco a higidez do meio ambiente.
- (e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar conflito de competência, em segundo grau, envolvendo Tribunal Regional Federal e Tribunal de Justiça estadual.

75) Assinale a alternativa INCORRETA:

São pressupostos para o ajuizamento da ação declaratória incidental:

- (a) Ser deduzida por petição inicial, obedecidos os requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil.
- (b) Não haver litispendência e não ter havido contestação sobre a questão prejudicial.
- (c) Tratar-se de questão prejudicial de mérito e poder essa questão ser objeto de ação declaratória autônoma.
- (d) Não ser o juiz absolutamente incompetente.
- (e) Ser compatível com o procedimento da ação principal.

76) Assinale a alternativa INCORRETA:

Na ação popular:

- (a) Os integrantes do ato impugnado são litisconsortes necessários e devem ser citados obrigatoriamente.
- (b) Atuando como fiscal da lei, o Ministério Público deve ter vista do processo após as partes.
- (c) Havendo litisconsórcio passivo, a contagem do prazo para contestar começa a correr a partir da juntada do último mandado de citação devidamente cumprido.
- (d) Julgada improcedente a ação, o autor sempre suportará o ônus da sucumbência e do pagamento das custas processuais.
- (e) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível **erga omnes**, exceto no caso de haver sido julgada improcedente por deficiência de prova.

77) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) No Código de Defesa do Consumidor há vedação à utilização da denúncia da lide e do chamamento ao processo, porque o direito de indenização do consumidor é fundado na responsabilidade objetiva.
- (b) O juiz poderá, no Código de Defesa do Consumidor, adiantar a tutela de mérito, bastando, apenas, que haja justificado receio de ineficácia do provimento final.
- (c) No Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- (d) Em ação coletiva ajuizada na defesa dos consumidores por entidade legitimada, deve o Ministério Público intervir.
- (e) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.

78) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Sendo o direito posto à análise de natureza individual homogênea, apenas as partes, em regra, serão atingidas pela autoridade da coisa julgada e, por exceção, o cessionário, o sucessor e o substituído processualmente.
- (b) Sendo o direito individual homogêneo, a autoridade da coisa julgada, nos casos de procedência da demanda, será **erga omnes**.

(c) Sendo o direito coletivo, salvo a hipótese de improcedência por ausência de provas, a autoridade da coisa julgada será **ultra partes**.

(d) Tendo o direito posto em causa natureza difusa, também, salvo nos casos de improcedência por ausência de provas, a autoridade da coisa julgada projetar-se-á **erga omnes**.

(e) A autoridade da coisa julgada material não está circunscrita à norma concreta editada pela decisão.

79) Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) A norma processual impede ao juiz de proferir sentença genérica, com exceção prevista nas sentenças proferidas nas ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos, previstas nos artigos 81, parágrafo único, inciso III, e 91 e seguintes, do Código de Defesa do Consumidor.

(b) A sentença proferida nos juizados especiais cíveis não faz coisa julgada.

(c) É vedado ao magistrado proferir sentença **ultra petita**, **extra petita** e **citra petita**.

(d) A tutela específica pode ser adiantada, por força do artigo 461, § 3º, do CPC, desde que seja relevante o fundamento da demanda e haja justificado receio de ineficácia do provimento final.

(e) Somente a sentença de mérito, ainda que julgue parcialmente a lide, faz coisa julgada material.

80) Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) No caso de recurso de agravo, quando for o caso de intervenção obrigatória do Ministério Público, este se manifestará depois das partes.

(b) O Ministério Público, quando atuar como fiscal da lei, não tem legitimidade para oferecer recurso adesivo.

(c) O termo inicial do prazo para o Ministério Público oferecer recurso de apelação, quando atuar como parte no processo, começa a correr da intimação pessoal.

(d) O Ministério Público, em regra, tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou obrigatoriamente como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.

(e) Como o agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, o Ministério Público somente poderá interpor o recurso de agravo através dos Procuradores de Justiça que atuam em segundo grau.

81) Nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal, deverá ser previamente ouvido (a):

(a) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

(b) O Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional;

(c) O Procurador-Geral da República;

(d) A maioria das Assembléias Legislativas dos Estados;

(e) O Advogado-Geral da União.

82) Pela Constituição Federal, um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça dos Estados são reservados a advogados e membros do Ministério Público. Para que estes últimos possam ser indicados ao Tribunal, exige-se:

(a) indicação em lista sêxtupla pelo órgão de classe respectivo;

(b) mais de cinco anos de efetiva atividade profissional;

- (c) que sejam maiores de 35 anos;
- (d) mais de 15 anos de carreira;
- (e) notório saber jurídico e reputação ilibada.

83) As espécies normativas que sobem à sanção presidencial, depois de aprovadas pelo Legislativo, são:

- (a) decretos legislativos e resoluções;
- (b) projetos de lei ordinária e emendas constitucionais;
- (c) leis delegadas e leis de conversão;
- (d) projetos de lei ordinária e projetos de lei complementar;
- (e) leis delegadas e projetos de lei ordinária.

84) Na técnica de elaboração legislativa, conforme a estruturação das leis, a cláusula **entra em vigor na data da sua publicação** está reservada para as

- (a) codificações em geral;
- (b) leis sobre crimes de *colarinho* branco e sobre *lavagem* de dinheiro;
- (c) leis de pequena repercussão;
- (d) resoluções das duas Casas do Congresso Nacional;
- (e) emendas constitucionais de revisão.

85) É característica da norma de eficácia contida

- (a) produzir efeito depois de editada norma que a complemente;
- (b) depender, para a sua plenitude eficaz, de regulamentação legal (lei complementar) futura;
- (c) não produzir nenhum efeito jurídico;
- (d) permitir que lei ordinária posterior venha a inviabilizar sua aplicabilidade;
- (e) entrar no mundo jurídico com eficácia plena e aplicabilidade imediata.

86) O princípio da separação de poderes adotado pela Carta de 88, que não pode ser abolido por reforma constitucional, caracteriza-se especialmente pelo (a)

- (a) independência e harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- (b) eletividade e temporariedade do Chefe de Estado;
- (c) repartição territorial do poder político entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios;
- (d) poder do Supremo Tribunal Federal de declarar a constitucionalidade das leis;
- (e) competência do Legislativo de afastar o Chefe de Estado que pratica crime de felonía.

87) A Constituição Federal, ao disciplinar o instituto do veto, permite se lhe delinear uma classificação tipológica quanto à extensão, à devolução, à forma, ao fundamento e ao efeito. Pois bem. Quanto ao fundamento, o veto pode ser

- (a) total e parcial;
- (b) expresso e tácito;
- (c) jurídico e político;
- (d) legislativo e translativo;
- (e) relativo e absoluto.

88) Suponhamos que determinado candidato a Presidente da República tenha sido eleito, mas seu candidato a Vice, não. Diante do fato,

- (a) far-se-ia nova eleição, dentro de 60 dias;
- (b) assumiria o Vice com maior votação, mesmo se pertencente a outro partido ou coligação;
- (c) a suposição é absurda em face da Constituição Federal;
- (d) assumiria o suplente do Vice;
- (e) far-se-ia nova eleição dentro de 90 dias.

89) Vagando, ao mesmo tempo, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, será convocado para o exercício da Presidência, em primeiro lugar, o

- (a) Presidente do Senado Federal;
- (b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- (c) Presidente da Câmara dos Deputados;
- (d) Presidente do Congresso Nacional;
- (e) Deputado Federal mais votado nas últimas eleições.

90) Lei ordinária anterior à vigência de nova Constituição, e com esta incompatível, ensejará

- (a) arguição de inconstitucionalidade;
- (b) verificação sobre se foi, ou não, revogada;
- (c) indispensabilidade de propositura de ação genérica pelas instituições e pelos órgãos constitucionalmente legitimados;
- (d) controle por via incidental;
- (e) suspensão de sua executoriedade pelo Senado Federal.

91) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) A Procuradoria-Geral de Justiça é órgão de execução do Ministério Público.
- (b) Os Promotores de Justiça são órgãos de execução e administração do Ministério Público.
- (c) O Conselho Superior do Ministério Público é, exclusivamente, órgão de administração do Ministério Público.
- (d) O Órgão Especial do Colégio de Procuradores é órgão de administração do Ministério Público.
- (e) Os Procuradores de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público.

92) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
- (b) O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo Colégio de Procuradores.
- (c) O Corregedor-Geral do Ministério Público é escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça dentre integrantes de lista tríplice, indicada pelo órgão Especial do Colégio de Procuradores.
- (d) O Corregedor-Geral do Ministério Público é escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre integrantes de lista tríplice indicada pelo Colégio de Procuradores.

(e) O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo órgão Especial do Colégio de Procuradores e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça.

93) Assinale a alternativa CORRETA.

(a) Nas suas faltas, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Procurador de Justiça mais antigo no cargo.

(b) Nos casos de impedimento ou suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

(c) Nas suas faltas, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

(d) Nos casos de impedimento, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

(e) Nenhuma das assertivas anteriores é correta.

94) Assinale a alternativa CORRETA.

(a) O Procurador-Geral de Justiça poderá, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, interromper as férias de membro da instituição.

(b) O Procurador-Geral de Justiça poderá a qualquer tempo, imotivadamente, interromper as férias de membro da instituição.

(c) O Procurador-Geral de Justiça poderá, invocando a necessidade de serviço, interromper as férias de membro da instituição.

(d) Iniciado o gozo de férias por membro do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça não poderá cassá-las.

(e) Nenhuma das assertivas anteriores é correta.

95) Assinale a alternativa INCORRETA.

(a) O Procurador-Geral de Justiça, após a aprovação do órgão Especial do Colégio de Procuradores, encaminhará a proposta orçamentária do Ministério Público ao Poder Legislativo.

(b) O Procurador-Geral de Justiça poderá editar atos de aposentadoria de membros do Ministério Público.

(c) O Procurador-Geral de Justiça poderá propor ao Poder Legislativo, projeto de lei criando cargos na carreira, bem como a fixação e reajuste dos respectivos vencimentos.

(d) O Procurador-Geral de Justiça poderá propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos respectivos vencimentos.

(e) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

96) Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica.

(b) Os municípios são pessoas jurídicas de direito público, de natureza administrativa, instituídos por legislação específica.

(c) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, com criação autorizada por lei específica e se destinam à realização de obras e serviços de interesse coletivo.

- (d) As fundações estatais são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, e com as atribuições estabelecidas no seu ato de instituição.
- (e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação é autorizada por lei específica, para realização de obras e serviços.

97) Assinale a alternativa CORRETA.

- (a) Poder vinculado é aquele derivado de delegação de autoridade administrativa hierarquicamente superior, e se vincula às ordens desta autoridade.
- (b) O poder regulamentar é aquele atribuído aos chefes de poder para a interpretação de lei no âmbito de suas competências e pode ser delegado por Decreto.
- (c) O poder discricionário é aquele que o direito concede à administração para a prática de atos administrativos com liberalidade de escolha quanto a conveniência, oportunidade e conteúdo.
- (d) Poder hierárquico é aquele que dá ao Executivo a possibilidade de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, mas não poderá rever a atuação dos agentes que ocupam este órgão, que somente poderão ser modificados por ordem judicial.
- (e) Todas as assertivas estão corretas.

Nas questões 98 e 99, complete a assertiva com a opção correta:

98) O ato administrativo poderá:

- (a) ser revisto pelo Poder Judiciário quanto a seu mérito, conveniência e oportunidade
- (b) ser revisto pelo Poder Judiciário somente quanto a legalidade e conveniência.
- (c) ser revisto pelo Poder Judiciário somente quanto à conveniência e forma.
- (d) ser revisto pelo Poder Judiciário somente quanto a sua forma e legalidade.
- (e) ser revisto pela própria administração somente antes de produzir seus efeitos.

99) O contrato administrativo:

- (a) somente pode ser realizado com prévio processo de licitação.
- (b) não poderá possuir cláusulas exorbitantes que concedam vantagem à administração como uma das partes cuja licitude inexistente nos contratos eminentemente privados.
- (c) poderá ser realizado sem prévio processo de licitação.
- (d) somente poderá ser rescindido ou alterado se tal previsão existir em cláusula específica.
- (e) é em tudo idêntico ao contrato privado.

100) Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Somente pode ser classificado como ato de improbidade administrativa, a ação ou omissão dolosa que enseje perda patrimonial da União, Estados e Municípios, bem como de suas entidades autárquicas ou fundacionais.
- (b) Constitui ato de improbidade administrativa a ação do agente que permite que pessoa jurídica privada utilize bens do Estado, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (c) Constitui ato de improbidade administrativa do agente, o retardamento, indevido, de ato de ofício.
- (d) A suspensão de direitos políticos é penalidade cominada a todas as formas de improbidade administrativa.

(e) Tanto a autoridade administrativa como a judicial, poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução do processo.

## GABARITO

01.A	02.B	03.D	04.E	05.C	06.B	07.C	08.A	09.C	10.E
11.C	12.D	13.E	14.C	15.A	16.B	17.D	18.B	19.E	20.C
21.A	22.C	23.D	24.C	25.E	26.B	27.D	28.A	29.C	30.E
31.C	32.A	33.B	34.C	35.D	36.B	37.E	38.A	39.B	40.D
41.A	42.D	43.E	44.B	45.B	46.D	47.C	48.E	49.A	50.B
51.D	52.A	53.D	54.C	55.C	56.D	57.E	58.D	59.E	60.E
61.C	62.E	63.D	64.E	65.A	66.D	67.C	68.C	69.A	70.C
71.C	72.A	73.C	74.E	75.B	76.D	77.B	78.E	79.B	80.E
81.C	82.A	83.B	84.C	85.E	86.A	87.C	88.C	89.C	90.B
91.D	92.B	93.E	94.C	95.A	96.B	97.C	98.D	99.C	100.A

## Prova Escrita (2º Fase)

### PROVA DE DIREITO CIVIL

Questão nº 01:

JOÃO, pequeno agricultor no interior do Estado, retira o seu sustento e o de sua família de área que cultiva e na qual mora. Dita área tem 100 hectares. A posse de JOÃO sobre a área decorre de ocupação clandestina que se iniciou em 10.03.87. JOÃO não possui nenhum outro imóvel. Em 10.03.88, o proprietário JOSÉ descobriu a invasão mas restou inerte. Em 12.06.90, JOÃO cedeu a posse para JOSÉ que continuou na posse, nas mesmas condições de JOÃO. Em 01.03.97, JOSÉ foi citado para ação de reintegração de posse do imóvel. Na época em que JOÃO ocupou o bem, nada havia edificado no mesmo. JOÃO construiu uma casa que transferiu, junto com a posse, para JOSÉ. Este ainda fez um celeiro e um galpão no local.

**Diante dos dados acima, responda as seguintes questões, fundamentando, inclusive com citação dos dispositivos legais ou súmulas pertinentes, quando houver. Caso haja, sobre algum ponto, divergência doutrinária ou jurisprudencial, o candidato deve fazer menção às diversas posições, opinando pela que lhe parece mais adequada.**

- (a) Supondo que os demais requisitos estejam presentes, JOSÉ tem direito ao usucapião *pro labore*, se optar por restringir sua gleba a 50 hectares, renunciando ao espaço excedente?
- (b) Supondo que os demais requisitos estejam presentes, JOSÉ pode postular o usucapião *pro labore*, invocando a *accessio possessionis*?
- (c) Supondo que não haja condições para o usucapião *pro labore*, estão presentes as condições para o usucapião ordinário?
- (d) Supondo que não haja direito a qualquer modalidade de usucapião, JOSÉ tem pretensão à alguma indenização pela casa, pelo celeiro e pelo galpão?
- (e) Supondo que estivessem presentes os requisitos para o usucapião *pro labore*, poderia o mesmo ser deduzido na contestação da reintegração de posse?

Questão nº 02:

ANTÔNIO e MARIA casaram-se pelo regime da comunhão parcial de bens em 1975. Para tanto fizeram pacto antenupcial no qual dispuseram que os bens adquiridos com o trabalho da mulher, seriam reservados. O patrimônio anterior ao casamento era formado por 50% das ações de uma empresa que ANTÔNIO recebera em doação do pai, bem como um apartamento na praia. MARIA tinha um apartamento na cidade que sempre esteve alugado. Em conjunto, o casal comprou uma casa que lhes serviu de morada. Na constância do casamento, ANTÔNIO vendeu o imóvel da praia para o casal adquirir um sítio. Ao longo dos anos de casamento, ANTÔNIO recebeu como

bonificação da empresa mais 10% de ações. MARIA, que sempre trabalhou, adquiriu alguns bens móveis, entre os quais um automóvel. Em 1997, o casal separou-se.

**Diante dos dados acima, responda as seguintes questões, fundamentando, inclusive com citação dos dispositivos legais ou súmulas pertinentes, quando houver. Caso haja, sobre algum ponto, divergência doutrinária ou jurisprudencial, o candidato deve fazer menção às diversas posições, opinando pela que lhe parece mais adequada.**

- (a) Com o advento da Constituição Federal de 1988, o pacto antenupcial sofreu alguma alteração no que tange ao regime dos bens reservados?
- (b) O sítio adquirido na constância do casamento, pode ser objeto da partilha?
- (c) As ações recebidas na constância do casamento, podem ser objeto da partilha?
- (d) O patrimônio da mulher adquirido na constância do casamento responde pelas dívidas do casal?
- (e) Os valores auferidos no aluguel do imóvel de MARIA eram passíveis de integrar o patrimônio comum?

Questão nº 03:

A doação é, no sistema brasileiro, um contrato. Como todo contrato, pressupõe que as partes envolvidas sejam capazes. Há porém, algumas restrições.

**Diante disto, responda as seguintes questões, fundamentando, inclusive com citação dos dispositivos legais ou súmulas pertinentes, quando houver. Caso haja, sobre algum ponto, divergência doutrinária ou jurisprudencial, o candidato deve fazer menção às diversas posições, opinando pela que lhe parece mais adequada.**

- (a) É possível um dos cônjuges fazer doações sem a autorização do outro?
- (b) A vedação ao cônjuge adúltero de doar ao cúmplice do adultério, atinge indistintamente o concubinato puro e o impuro?
- (c) Há impedimento para que os cônjuges façam doações entre si?
- (d) A doação feita do pai para o filho, sem consentimento dos demais importa em nulidade?
- (e) Há diferença entre a doação modal e a doação condicional?

Questão nº 04:

Considerando-se a grande relevância que adquiriu, após o advento da Constituição Federal de 1988, a indenização por dano moral, **responda as seguintes questões, fundamentando-as, inclusive com citação dos dispositivos legais pertinentes, quando houver. Caso haja, sobre algum ponto, divergência doutrinária ou jurisprudencial, o candidato deve fazer menção às diversas posições, opinando pela que lhe parece mais adequada.**

- (a) A indenização por dano moral determinada por sentença, pode ser feita em parcelas mensais ou deve ser feita em uma única vez?
- (b) A legitimidade para postular danos morais decorrentes da morte de uma pessoa limita-se às pessoas que tenham vínculo de parentesco?
- (c) É possível fazer a cumulação do dano moral puro com o dano estético?

- (d) A pretensão à indenização por dano moral, transmite-se aos herdeiros do ofendido?
- (e) Segundo o art. 1.537 do Código Civil, incisos I e II, a indenização em caso de homicídio consiste na indenização do tratamento da vítima, das despesas de funeral, e do luto da família, bem como dos alimentos a quem o *de cujus* devia. Essas verbas limitam ou incluem a indenização por dano moral?

## PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão: Antônio e Benário ingressaram com ação de conhecimento contra Clóvis, visando completar título executivo, buscando sentença de liquidação. Julgada improcedente a ação, em grau de recurso, o Tribunal anulou o processo a partir da prova pericial. A decisão transitou em julgado. Com base no artigo 485 e seus incisos, do Código de Processo Civil, Antônio e Benário ajuizaram ação rescisória visando desconstituir a sentença, por erro de fato do julgador, este absolutamente incompetente.

Responda: a) Pode ser processada e julgada a ação rescisória proposta (fundamente)? b) Caso fosse indeferida, de plano, a ação rescisória pelo relator, poderia a parte interpor algum recurso visando a reapreciação da pretensão (fundamente)? c) Havendo recurso, o relator que indeferiu a ação rescisória poderia participar do julgamento rescindendo (fundamente)? d) Há intervenção obrigatória do Ministério Público (fundamente)? e) Como está caracterizado o erro de fato que pode ensejar ação rescisória (fundamente)?

2ª Questão: O Estado do Rio Grande do Sul promoveu, na Comarca de Guaíba, execução fiscal contra a devedora A. e B. Ind. e Com. de Malhas Ltda. Antes da penhora, a devedora ofereceu exceção de incompetência, alegando que o fato que deu origem à dívida ocorreu na Comarca de Guaíba, mas que o domicílio da devedora agora é o da Comarca de Triunfo. A exceção de incompetência foi acolhida pelo Juiz de Direito da Comarca de Guaíba. Inconformado, o Estado do Rio Grande do Sul ofereceu agravo de instrumento sustentando que a exceção só poderia ser deduzida em embargos e que, para a hipótese, deveria prevalecer a regra do artigo 578 do CPC.

Responda: a) A exceção poderia ser oferecida antes da interposição dos embargos (fundamente)? b) Cabe recurso de agravo de instrumento para impugnar o acolhimento integral da declinatória (fundamente)? c) O acolhimento da exceção de incompetência do juízo suspende o processo de execução fiscal (fundamente)? d) Caso possível a exceção de incompetência e processado o recurso de agravo, poderia ser acolhida a pretensão do agravante (fundamente)? e) Há intervenção do Ministério Público (fundamente)?

3ª Questão: A Caixa Econômica Federal ingressou com processo de execução contra A. de Souza, residente em Venâncio Aires. Quando da arrematação, A. de Souza ofereceu embargos à arrematação ordenada pelo juízo deprecado da Comarca de Venâncio Aires, alegando ser nula a praça por vício do edital, o qual não observou os requisitos do art. 687 do CPC, porque a segunda publicação ocorreu seis dias antes de sua realização e, também, porque a intimação do embargante não obedeceu ao disposto no § 3º do art. 687

do CPC. A sentença considerou que, não sendo absoluta a regra do art. 687 do CPC, para obter a nulidade pretendida, o embargante deveria ter demonstrado prejuízo, e julgou improcedentes os embargos. A. de Souza ofereceu recurso de apelação e reafirmou as mesmas motivações que o levaram a pedir a tutela jurisdicional. A Caixa Econômica Federal, como preliminar, suscitou a incompetência do juízo de Venâncio Aires para proceder a arrematação e, ultrapassada a preliminar, manifestou-se pela manutenção da sentença hostilizada.

Responda: a) As ações em que a Caixa Econômica Federal é parte devem ser propostas, apenas, perante os juízos com jurisdição federal (fundamente)? b) Pode o Juiz de Direito deprecado, mesmo sendo estadual, processar e julgar os embargos à arrematação (fundamente)? c) Qual o prazo para a publicação do edital do leilão no jornal de circulação local (fundamente)? d) Pode, no caso exposto, ser aplicado o "princípio da instrumentalidade das formas" (fundamente)? e) Nesta demanda, deve o Ministério Público intervir (fundamente)?

4ª Questão: Maria de Tal ajuizou ação monitória contra Seu Carro, Comércio de Veículos S.A., objetivando a transferência do veículo descrito na inicial, adquirido pela autora, à ré, o que não ocorreu por estar o veículo em nome do ex-proprietário, falecido, não tendo o espólio providenciado na abertura do inventário. Apresentando a nota fiscal de compra, pediu, ainda, fosse a ré condenada ao pagamento de uma multa no valor de um salário mínimo por dia de atraso, além de perdas e danos a serem apurados em liquidação. A ré, citada, requereu a nomeação à autoria da viúva do ex-proprietário, o que não foi aceito pela autora. Na contestação, como preliminar, arguiu a ilegitimidade passiva e a impossibilidade do pedido, denunciando à lide a viúva do ex-proprietário. No mérito, manifestou-se pela improcedência. A denunciada, citada, contestou dizendo que não autorizara a venda do veículo. Em acórdão de Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a sentença que extinguiu a ação sem julgamento de mérito foi reformada. Em primeiro grau, novamente, foi julgada a ação, tendo o julgador afastado as preliminares e condenado a ré a transferir a propriedade do veículo à autora, no prazo de dez dias, sob pena de se resolver em perdas e danos. Condenou, também, a ré a pagar indenização pelos prejuízos da não transferência do bem. A ré recorre reiterando as preliminares e que, por não se tratar de obrigação de fazer, o julgador não enfrentou o pedido da autora e, também, a denúncia da lide.

Responda: a) Cabe à autora não aceitar a nomeação à autoria feita pela ré à viúva do ex-proprietário do veículo (fundamente)? b) A ré, ao contestar, deveria arguir, como preliminar, a ilegitimidade passiva para a ação monitória (fundamente)? c) A ré, ao contestar, deveria, como preliminar, denunciar à lide a viúva do ex-proprietário? d) Havendo denúncia da lide feita pela ré à viúva do ex-proprietário, poderá o juiz, ao julgar procedente a ação monitória, deixar de apreciá-la (fundamente)? e) Deverá haver intervenção do Ministério Público (fundamente)?

## PROVA DE DIREITO PENAL

### 1ª Questão

A sentença do Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal julgou procedente a denúncia do Ministério Público e condenou “A” como incurso no art. 157, § 2º, inc. I, do Código Penal, e estabeleceu-lhe as penas de oito anos e nove meses de reclusão e dez dias-multa, no valor de 1/30 do salário-mínimo.

O fato delituoso está narrado na denúncia, nestes termos:

*“No dia 30 de janeiro de 1998, por volta das 16hs, na Av. Feitoria, nesta Cidade, “A” subtraiu de “C”, para si, um automóvel Gol 1997, mediante grave ameaça contra a vítima, consistente em mantê-la sob a mira de revólver e ameaçá-la de morte se não lhe entregasse o veículo. O veículo foi avaliado indiretamente em R\$ 15.000,00, conforme auto de fl. 32. O revólver não foi apreendido.”*

“A” apela tempestivamente para se insurgir contra as penas e o regime prisional. “A” alega que as penas e o regime prisional são injustos.

A sentença condenatória calculou e estabeleceu as penas, nestes exatos termos:

*“O réu tinha plena consciência da ilicitude de seu ato. Quanto aos antecedentes, o réu é reincidente porque no dia 15 de janeiro de 1998, exatamente 15 dias antes do fato criminoso destes autos, publiquei sentença em que o condenei a vinte anos de reclusão e dez dias-multa, no valor de 1/30 do salário-mínimo, pela prática do delito previsto no art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal, conforme cópia da sentença (fls. 200-215). A conduta social está abonada. A personalidade sem registros. As circunstâncias são desfavoráveis ao réu porque cometeu o crime contra o patrimônio, fruto do labor da vítima, com emprego de arma. As conseqüências do crime são graves para a vítima porque foi-lhe subtraído o automóvel, que não foi recuperado, ficando no total prejuízo. A vítima não concorreu para a prática do crime. Assim, fixo a pena-base em cinco anos de reclusão. Considerando a reincidência, aumento a pena em seis meses, ficando provisoriamente em cinco anos e seis meses de reclusão. Em face do emprego de arma para o cometimento do crime, aumento a pena de um terço, ficando a mesma em oito anos e seis meses de reclusão, que torno definitiva em face da ausência de outras modificadoras. O regime prisional será o fechado.”*

### Solução que se pede:

Com vista ao provimento ou improvimento da apelação, analise as teses de “A”, com a devida fundamentação.

### 2ª Questão

Segundo Relatório do Senhor Delegado de Polícia, no dia 7 de setembro de 1997, por volta das 14hs, no interior da Reserva Florestal da Fazenda Capivara, neste Município, “X” constrangeu “Y”, com 10 anos de idade (certidão de nascimento de fl. 12), à conjunção carnal, mantendo com ela coito vaginal, mediante violência e grave ameaça. Para conseguir manter conjunção carnal, “X” desferiu socos e tapas no rosto da vítima e ameaçou-a de morte com revólver (apreendido, conforme fl. 05), pois ela reagiu, gritando e se debatendo.

O auto de exame de corpo de delito comprova coito vaginal e coito anal (fls. 14-15).

“X” praticou o fato acima descrito com a ajuda de “Z”, sua amiga, conforme haviam combinado dias antes.

Enquanto “X” estava no interior da Reserva Florestal com a vítima, “Z”, armada com uma pistola, apreendida, conforme auto de fl. 06, vigiava as cercanias para evitar a aproximação de qualquer pessoa.

“X” e “Z” haviam feito um pacto de vingarem o fato de o marido de “Z” ter freqüentado um motel, durante três dias, em companhia da mãe de “Y”.

Os fatos até aqui relatados são parte do plano de vingança, pois, tão logo “X” ter mantido coito vaginal com “Y”, mandou que ela se vestisse.

Quando a vítima estava vestida, “X” chamou “Z”, que ingressou na Reserva Florestal, momento em que ambos partiram para a execução da outra parte do plano de vingança, que foi matar a vítima “Y”, desferindo contra ela vários tiros de revólver e pistola, conforme positiva o auto de necropsia de fls. 34-35. A ação de matar a vítima foi cometida por “X” e “Z”, com suas respectivas armas. Para desferir os tiros, “X” e “Z” seguraram “Y” pelos braços, pois ela tentava fugir.

Após, “X” e “Z” retiraram-se, cada um, para sua casa.

Duas horas após, conforme haviam combinado, “X” tinha que retornar à Reserva Florestal para verificar se a vítima de fato estava morta. “X” cumpriu o combinado indo ao local fazer a verificação. Chegando ao local e constatando que a vítima estava morta, “X” arrancou-lhe todas peças de vestuário e praticou coito anal. Conforme confessou depois, “X” ficou excitado com a nudez de “Y”.

Os fatos chegaram ao conhecimento da autoridade policial porque o pai de “Y”, peão da Fazenda Capivara, registrou a ocorrência e pediu a ação das autoridades.

#### Solução que se pede:

Considere os fatos narrados e, em sede de denúncia, dê-lhes a solução jurídica adequada, com a devida fundamentação e enquadramento legal.

#### 3ª Questão

“D” é filho de pai e mãe moçambicanos e freqüenta a Faculdade de Direito. No dia 15 de julho de 1998, por volta das 15hs, foi à Faculdade para buscar o seu boletim de desempenho acadêmico para efetuar a matrícula para o 2º semestre letivo. Ao chegar na portaria da Faculdade, viu-a fechada. Perguntou ao guarda os motivos do fechamento da portaria antes do horário previsto, que é 20hs. O guarda respondeu ao “D”, referindo-se à origem étnica do mesmo: “Aqui não tem banana, macaco douzinho.” “D” respondeu: “O que é isso, seu guarda?” O guarda retrucou: “Teu lugá é no mato com os teu. Vai lá procurá teu rabo.” Diante da situação criada, “D” foi queixar-se a “R”, professor da Faculdade, que acabara de chegar ao local de estacionamento de veículos automotores, distante uns 20 metros da portaria. Quando o guarda ouviu a queixa de “D”, sacou do revólver e, fazendo pontaria, desferiu contra ele vários tiros, logrando atingi-lo com um dos disparos no ombro direito. Quando o guarda começou a efetuar os disparos de revólver contra “D”, “R” gritou: “Cuidado que ele vai atirar!” Com o grito, “D” começou a jogar-se de um lado para outro na tentativa de desviar-se dos tiros. Diante do acontecido, “R” tratou de socorrer “D”, levando-o ao Hospital de Pronto Socorro, em seu automóvel. No caminho para o Hospital, “R”, na

urgência de socorrer “D”, trafegando a uns 90km/h, em auto-estrada, luzes externas do veículo acesas e acionando a buzina, passou por um cruzamento estando vermelho o sinal do semáforo e atropelou a vítima “G”, que cruzava a faixa de pedestres. Em consequência do atropelamento de “G”, “R” perdeu o controle de seu veículo e colidiu contra um poste da rede elétrica. Da colisão contra o poste resultou politraumatismo em “D”, que, com o rompimento do fígado, teve hemorragia interna, vindo a falecer no local, conforme auto de necropsia de fls. 34-35. A vítima “G” também faleceu no local do acidente em consequência de hemorragia interna aguda causada pela ruptura do fígado, baço e pulmão esquerdo, conforme auto de necropsia de fls. 40-41.

#### Solução que se pede:

Ante os fatos narrados, individualize as condutas, com a devida fundamentação e enquadramento legal, com destaque especial para aspectos doutrinários.

#### 4ª Questão

Fazer uma análise doutrinária comparativa sobre o seguinte tema: “*CRIME DE CORRUPÇÃO ATIVA e CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA*”.

A análise deverá destacar apenas os seguintes aspectos: *bem jurídico, sujeitos, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação e tentativa, classificação*.

## **PROVA DE PROCESSO PENAL**

1.- No dia 30 de dezembro de 1997, cerca de 5h30min, no interior da Boate Papillon, sita na Vila Ituim, em Vacaria, o denunciado Tinoco da Silva, inconformado pelo fato de a vítima Crisântemo dos Santos ter sentado à sua frente e com isso dificultando-lhe a visão do espetáculo que estava sendo apresentado naquela casa noturna, e sem que tenha havido qualquer discussão entre ambos, sacou o revólver, marca Taurus, calibre 38, e, “*animus necandi*” desferiu-lhe um tiro, acertando, porém, na pessoa de Tibúrcio de Oliveira, que se interpusera entre eles, tentando evitar o homicídio, resultando, este, ferido no ombro, tudo consoante faz certo o auto de exame de corpo de delito de fls.

Ato contínuo, o co-denunciado Malaquias da Silva, pai de Tinoco, interveio e desfechou dois tiros em Crisântemo, dos quais um deles transfixou-lhe a veia aorta, causa do êxito letal, conforme se vê do auto de necropsia de fls.

Considerando que Tinoco da Silva e Malaquias da Silva foram pronunciados pelos fatos acima descritos, ofereça libelo acusatório apenas quanto ao primeiro deles (Tinoco da Silva).

Preencha a qualificação pessoal com dados fictícios.

2.- Tinoco da Silva foi preso em flagrante e denunciado pela prática de atentado violento ao pudor, com violência real contra duas menores, ambas contando 10

anos de idade, eis que após surrá-las com o emprego das mãos, lesionando-as de forma disseminada pelo corpo, constrangeu-as à prática de felação.

Sem a prévia oitiva do (a) representante do Ministério Público, o juiz da causa concedeu ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo.

Na condição de Promotor (a) de Justiça, ofereça petição de recurso com sua fundamentação legal e deduza as razões de tal inconformidade.

3.- Tinoco da Silva foi denunciado por incurso nas linhas do artigo 121, parágrafos 3º e 4º, do Código Penal, porque, manuseando arma de fogo de forma imprudente e imperita, matou Tibúrcio dos Santos, fugindo, ao depois, sem prestar socorro à vítima.

Conclusos os autos ao Dr.Pretor, propôs este ao réu a suspensão do processo por 3 (três) anos, mediante condições a serem estabelecidas e designando data para a realização da audiência, visando à apreciação da proposta.

Na condição de Promotor (a) de Justiça, identifique o meio impugnativo a essa decisão, bem como apresente as razões de tal inconformidade.

4.- Com os fatos abaixo, formule a denúncia correspondente, indicando, ainda, o número máximo de testemunhas que, na qualidade de Promotor (a) de Justiça, você pode arrolar com a peça inicial. Complemente o que for necessário com dados fictícios.

a) Os fatos se passaram no dia 20 de agosto de 1998, cerca de 3h30min, na Rua Perdigão, em frente ao nº 480, área da cidade jurisdicionada pelo Foro Regional Alto Petrópolis;

b) João dos Anzóis e o menor inimputável José Biguá, já corrompido, acometeram a vítima Plotina da Silva, subtraindo, para si, a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e um relógio, avaliado este em R\$ 200,00 (duzentos reais);

c) Durante a ação empreendida, o menor José Biguá, empunhando um revólver, intimidou a vítima Plotina, dizendo tratar-se de um assalto, enquanto que João dos Anzóis a despojava dos bens acima descritos;

d) João dos Anzóis foi preso em flagrante, de posse do dinheiro, por força da ação de circunstâncias que passavam pelo local;

e) José Biguá conseguiu evadir-se, sem perseguição, sendo, porém, detido uma hora mais tarde, quando, na cidade de Alvorada, envolveu-se em briga de rua. Nessa ocasião, efetuou-se a apreensão do relógio.